

ATA DE REUNIÃO nº 25

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ:

Comitê Gestor Regional para a Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e Comitê orçamentário de 1º Grau.

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 11/03/2021 Horário: 18hs

Local: Telepresencial

Reunião: 3ª Reunião Ordinária – Biênio 2020-2022

Objetivo: Assuntos de interesse do Comitê.

3. PARTICIPANTES PRESENTES:

Membros Titulares:

- a. Desembargadora Sueli Tomé da Ponte
- b. Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho;
- c. Juíza Paula Becker Montibeller Job;
- d. Juíza Ana Cristina Magalhães Fontes Guedes;
- f. Servidor Luiz Antonio Loureiro Travain;
- g. Servidor Rui Anaquim Pinto;
- h. Servidor Olizeo Lino Tissi;
- i. Servidor Elton Teixeira Rocha

Participantes:

- a. Juiz Bruno José Perusso, representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2);
- b. Servidor Tarcísio Ferreira, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD);



4. PAUTA

Andamento dos grupos de trabalho (resumo geral); Grupo de Trabalho: Oficiais de Justiça; Balcão digital; Juízo 100% digital; Outros assuntos.

5. REUNIÃO

5.1 Abertura

A sessão iniciou-se com a palavra da Exma. Desembargadora Coordenadora, Dra. Sueli Tomé, que explanou sobre a importância e paridade na formação do Comitê e seus objetivos. Comentou sobre os grupos de trabalho e que os temas poderão ser trazidos para formação da pauta.

Dra. Ana Fontes pediu a palavra e comentou sobre a necessidade de colaboração e visão mútua dos membros do comitê em prol do bom andamento dos trabalhos.

Balcão Digital;

O servidor Tarcísio abordou o chamado Comitê sobre Balcão Digital. Elton informou a necessidade de inclusão na pauta do tema Juízo 100% Digital e mencionou a questão sobre a existência de computador no fórum de Praia Grande para o atendimento público. Salientou, também, as possibilidades de improvisos. Elton atuará no Grupo de Trabalho (G1 – Audiências).

Dra. Ana e Dra. Paula discorreram quanto à necessidade de sala própria e servidor específico para acompanhar as audiências realizadas nessa sala, sendo que foi sugerido pela Dra. Ana a expedição de ofício à Administração sobre o tema.

Dr. Bruno e Dr. Carlos comentaram a possibilidade de realização das audiências na própria sala da Vara do Trabalho e que a dificuldade reside nos casos de adoção de salas anexas.

Dra. Paula mencionou a questão que envolve a gestão dos horários e o servidor Elton alertou quanto à falta de servidores para realização das audiências nas salas anexas. O servidor Elton ressaltou a possibilidade de eventual apoio pelo setor de distribuição.

Sobre o tema, Dr. Carlos e Dra. Ana alertaram quanto aos casos em que ocorreria a oitiva de testemunha fora da comarca e suas dificuldades.

Em razão dos fatos, Dra. Ana sugeriu continuar com os estudos e Dr. Carlos sugeriu a expedição de ofício à Administração do Regional.

O Servidor Tarcísio explanou sobre as diferenças entre o Juízo 100% Digital e a sala específica para a realização de audiências e pugnou pela solicitação de informações à Administração do E. TRTSP.

O servidor Luiz concordou quanto à necessidade de se buscar maiores informações perante a Administração do Regional, ainda que informalmente e, após, sendo o caso, formalizar o pedido.

O servidor Rui informou sobre o PROAD no qual estão sendo realizados os estudos, onde consta, inclusive, o número de servidores por unidade de modo a viabilizar uma equalização.

Pela Dra. Sueli, foi informada a necessidade de coleta de informações perante a Administração.

O Servidor Rui será incluído no Grupo de Trabalho G1 – Audiências, que promoverá a busca das informações.

O servidor Tarcísio mencionou sobre a norma que prevê que cada unidade precisa ter um balcão específico.

Quanto ao balcão virtual, a Dra Ana ressaltou a sugestão do servidor Luiz para a criação de um chatbot para o TRTSP, para o atendimento virtual.

Pelo servidor Elton foi ponderado sobre a possibilidade de dúvidas específicas da Vara do Trabalho de modo que estas precisam do próprio balcão.

Dr. Carlos, por sua vez, salientou que as questões gerais ficariam para um balcão geral e apenas as questões específicas iriam para a Vara do Trabalho.

O servidor Elton mencionou sobre pesquisa interna sobre o tema.

Dra. Sueli sugeriu que essas questões sejam levadas ao Grupo de Trabalho respectivo.

Grupo de Trabalho – Servidores;

Dra. Paula iniciou informando sobre os estudos para alocação de estagiários nas Varas do Trabalho e CEJUSCs-JT.

O servidor Elton mencionou que em conversa com a Corregedoria, lhe foi informado que os estagiários seriam alocados, apenas, na Capital, sendo que fora de sede, seriam alocados servidores cedidos pelas prefeituras.

Dra. Paula ressaltou a necessidade de busca de maiores informações sobre o tema e que o Comitê se coloque à disposição para auxílio nos trabalhos.

O servidor Rui informou que, para a cessão de servidores, é preciso um convênio entre os municípios e o TRTSP e que, cumpridas as formalidades, é preciso formular requerimento via PROAD.

Dr. Bruno informou sobre os estudos da Corregedoria sobre a questão dos estagiários e sugeriu uma consulta com a Administração do Regional. Em ato contínuo, Dr. Bruno, Dra. Ana, Dra. Paula e Elton mencionaram sobre as atividades dos estagiários e seus benefícios.

O servidor Rui encarregou-se de coletar informações sobre o tema estagiários e apresentar ao Grupo de Trabalho específico.

Código de Rastreamento dos Correios

Os membros do Grupo de Trabalho – Audiências, informaram sobre a importância dos Códigos de Rastreamento dos Correios e discutiram no Comitê sobre as intimações por e-mail e o Juízo 100% Digital.

Dra. Ana reforçou a importância e necessidade do Aviso de Recebimento em citações.

Dra. Paula sugeriu contato com o setor relacionado ao orçamento para análise de retomada do uso de A.R..

O servidor Tarcísio reforçou a necessidade de realização de um diagnóstico com a Administração do Regional.

Dra. Paula reforçou a importância do uso de A.R. em casos de citação e os riscos de invalidação do ato citatório e, conseqüentemente, a nulidade processual.

O servidor Olizeu ponderou que houve casos de envio de mandados para cumprimento sem o prévio envio de correspondência pela Vara.

O servidor Luiz ponderou sobre a coleta de informações sobre a questão que envolve o Código de Rastreamento e convênio com os Correios.

Dra. Paula sugeriu discutir esse assunto no Grupo de Trabalho – Oficiais de Justiça (G4).

O servidor Olizeu reforçou a importância, inclusive, em casos de incidentes de desconsideração da personalidade jurídica.

O servidor Rui providenciará a pesquisa sobre a questão que envolve Correios e a Administração.

Grupo de Trabalho – Saúde



O servidor Tarcísio informou sobre remanejamentos de valores para a saúde e sugeriu verificar com a Administração do TRTSP, discorrendo sobre o assunto, inclusive em relação à Resolução 294 do Conselho Nacional de Justiça, que prevê o teto de 10% do subsídio do magistrado substituto. Porém, esse teto é condicionado ao orçamento, e a resolução reconhece os modelos adotados no TRTSP, plano e auxílio.

Ressaltou Tarcísio que o problema reside em questões orçamentárias e no custo do plano de saúde. Informou que o valor fixado pelo CNJ é de R\$ 215, valor médio *per capita*. Que o valor médio está defasado e que no TRTSP temos valores por faixas etárias e que o TST tem valor médio *per capita* de R\$ 400,00. Lembrou que o orçamento desse ano ainda não foi votado e que no CSJT existe um Grupo de Trabalho incumbido de fazer diagnóstico a respeito do tema na Justiça do Trabalho e, após, apresentar propostas.

Tarcísio sugeriu o acompanhamento para a análise das propostas e leis orçamentárias, informando que há outras entidades se mobilizando cada qual no seu âmbito, como ANAMATRA e AMB. Que em razão do Grupo de Trabalho do CSJT, que limita a atuação dos Regionais, opina que seria melhor enviar futuramente a solicitação de informações.

Dr. Bruno informou que sobre o auxílio saúde e a atuação da ANAMATRA, AMATRA e AMB para o desenho de uma política uniforme na Justiça do Trabalho.

Dra. Sueli sugeriu aguardarmos, com o que o Comitê concordou.

Grupo de Trabalho – Oficiais de Justiça

Pela Dra. Sueli foi informado que houve a votação eletrônica sobre a Pesquisa relativa à questão dos oficiais de justiça, com o que fora aprovado e homologado e, nesse momento, é ratificada a homologação por este Comitê.

Em ato contínuo foram apresentados os resultados das pesquisas e percentuais das respostas.

Os membros do Comitê discutiram as questões que envolvem a pandemia e as dificuldades no cumprimento dos mandados.

Dra. Ana reforçou a necessidade de reorganização dos trabalhos do GAEPP, que já existe há 15 meses, para melhoria dos serviços.

Dra. Paula sugeriu o encaminhamento dos resultados da pesquisa para a Administração do Regional como suporte e auxílio.

O servidor Luiz reforçou a necessidade de cobrança para a implementação de sistema de Banco de penhoras de modo a facilitar os trabalhos.

Dr. Carlos reforçou a importância do cumprimento dos mandados e os riscos de nulidade de citações.

O servidor Olizeu mencionou a existência de um convênio da AOJUSTRA e o Credlink com o que se permite a obtenção de várias informações. Discorreu a constituição e estrutura inicial do GAEPP e que houve grande redução dos mandados a serem cumpridos. Informou sobre um programa/software que permite reunir mandados para o cumprimento de forma coletiva. Explanou sobre as penhoras realizadas na boca do caixa e de imóveis.

Dra. Ana sugeriu a estipulação de limites mínimos e máximos para o cumprimento de mandados por oficiais de justiça.

O servidor Olizeu explanou sobre a divisão dos trabalhos e sua realização.

Dra. Paula, ressaltou a necessidade de encaminhamento dos resultados das pesquisas para a Corregedoria com cópia para a Presidência, bem como quanto às ferramentas Banco de Penhora e quanto ao software informado pelo Olizeu.

Dra. Sueli colocou o tema em votação com o que se deliberou pela expedição de ofício para a Administração (Corregedoria com cópia para a Presidência) constando a pesquisa realizada e os resultados e ofício específico quanto aos aplicativos Banco de Penhora e Banco do GAEPP.

5. ENCERRAMENTO

Exma. Des. Coordenadora do Comitê, Dra. Sueli Tomé, realizou o encerramento com agradecimento a todos os participantes.

A próxima reunião será agendada e comunicada oportunamente.

6. Assinatura/data

São Paulo, 11/03/2021

Sueli Tomé da Ponte
Desembargadora Coordenadora

